

ROLF MADALENO
ANA CAROLINA CARPES MADALENO
RAFAEL MADALENO

FRAUDE NO DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

4^a
edição revista e
atualizada



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 08.02.2024
- Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Joyce Matos
- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M151f
4. ed.

Madaleno, Rolf, 1954-

Fraude no direito de família e sucessões / Rolf Madaleno, Ana Carolina Carpes Madaleno, Rafael Madaleno. - 4. ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2024.
904 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-3099-436-5

1. Direito de família - Brasil. 2. Herança e sucessão - Brasil. I. Madaleno, Ana Carolina Carpes. II. Madaleno, Rafael. III. Título.

24-88059

CDU: 347.6(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

ÍNDICE GERAL

Capítulo 1 – Regime de Bens	1
1.1 Patrimônio conjugal	
1.2 Bens próprios.....	13
1.2.1 Aquisição anterior ao casamento.....	14
1.2.2 Adquiridos por doação.....	15
1.2.3 Adquiridos por herança	17
1.2.4 Adquiridos por sub-rogação.....	18
1.2.5 Adquiridos por indenização	19
1.2.6 Direitos inerentes à pessoa	20
1.2.7 Direitos intelectuais.....	22
1.3 Bens aportados para o casamento.....	25
1.3.1 Por esforço comum.....	25
1.3.2 Frutos comuns.....	30
1.3.3 Frutos civis do trabalho, comércio ou indústria.....	31
1.3.4 Noção de dividendos	34
1.3.5 Crias de gado	37
1.3.6 Prova do caráter próprio do bem	39
1.3.7 Partilha dos frutos	39
1.4 Breve notícia histórica das dívidas conjugais	44
1.4.1 Dívidas dos cônjuges	47
1.4.2 Divisão de responsabilidade.....	53
1.4.3 Dívidas da sociedade conjugal.....	56
1.4.4 Dívidas comuns contraídas por ambos os cônjuges.....	58
1.4.5 Dívidas comuns contraídas por um só dos cônjuges.....	58
1.4.6 Dívidas pessoais dos cônjuges	61
1.4.7 Dívidas das sociedades empresárias.....	62
1.4.8 Dívidas contraídas com oposição do cônjuge e a separação de fato.....	65
1.4.9 Bens que respondem pelas dívidas comuns.....	66
1.4.10 O pagamento das dívidas de terceiros	67
1.5 Administração dos bens	69
1.5.1 Atos de administração.....	69
1.5.2 Administração de bens próprios	71
1.5.3 Administração dos bens comuns.....	72
1.5.4 Administração sem mandato expresso.....	74

1.5.5	Atos de disposição.....	78
1.5.6	Má administração.....	81
1.5.7	Prestação de contas.....	83
1.5.8	Separação judicial dos bens na constância do casamento.....	86
1.5.9	O assentimento conjugal.....	88
1.5.10	O assentimento na união estável.....	93
1.5.11	Finalidade do assentimento.....	95
1.5.12	Atos que dispensam o assentimento.....	96
1.5.13	Suprimento judicial do assentimento.....	96
1.5.14	Bens imóveis.....	98
1.5.15	Bens móveis com registro.....	99
1.5.16	Bens móveis sem registro.....	100
1.5.17	Participações societárias.....	100
1.5.18	Bens adquiridos em condomínio.....	106
1.5.19	Contratos entre cônjuges.....	109
1.6	Alteração do regime de bens.....	113
1.6.1	Procedimento judicial para alteração do regime no matrimônio.....	119
1.6.2	Relativização da retroatividade do regime de bens.....	123
1.6.3	Procedimento para a alteração do regime na união estável.....	126
1.6.4	Boa-fé de ambos os cônjuges.....	127
1.7	Extinção do regime de bens.....	128
1.7.1	Causas de extinção do regime de comunidade.....	131
1.7.2	Morte comprovada ou presumida.....	132
1.7.3	Nulidade ou anulação do casamento putativo.....	133
1.7.4	Separação de fato ou de corpos.....	134
1.7.5	Separação ou divórcio judicial e extrajudicial.....	136
1.7.6	Violência contra a mulher.....	137
1.7.7	Prescrição da partilha.....	141
1.7.8	Reconciliação dos cônjuges ou conviventes.....	148
1.7.9	O abuso do direito na administração dos bens.....	149
1.7.10	Tutelas provisórias de preservação dos bens.....	151
1.7.10.1	Aspectos gerais.....	153
1.7.10.2	Requisitos.....	155
1.7.10.3	Inibição geral de bens.....	156
1.7.10.4	Arrolamento de bens.....	158
1.7.10.5	Depósito, arresto e sequestro de bens.....	159
1.7.10.6	Bloqueio de contas e aplicações financeiras.....	160
1.7.10.7	Anotação preventiva da lide.....	161
1.7.10.8	Produção antecipada de provas.....	162
1.7.10.9	Intervenções em sociedades empresárias.....	163
1.7.10.10	Tutelas de urgência de natureza pessoal.....	167
Capítulo 2 – Partilha dos Bens Conjugais.....		169
2.1	Morosidade processual e partilha extrajudicial.....	171
2.1.1	Ação de liquidação e partilha dos bens comuns.....	174
2.2	A ação de fraude.....	175
2.2.1	O princípio da boa-fé.....	179

2.2.2	Presunção de fraude.....	180
2.2.3	Atos a título gratuito	185
2.2.4	Atos a título oneroso	186
2.2.5	Fraude à lei	187
2.2.6	Fraude de credores	189
2.2.7	Fraude de execução.....	192
2.2.8	Fraude contra cônjuge ou companheiro	194
2.2.8.1	Referência histórica da fraude na meação	199
2.2.8.2	Renúncia de meação	205
2.2.8.2.1	Fraude e contrato de namoro ou de coparentalidade..	208
2.2.8.3	Renúncia de herança e o artigo 1.813 do Código Civil.....	214
2.2.8.3.1	Renúncia ou repúdio	219
2.2.8.4	Cláusulas pactícias em prejuízo do parceiro.....	220
2.2.8.5	Cláusulas pactícias em prejuízo de terceiros	225
2.2.9	Fraude na partilha consensual.....	232
2.2.9.1	A anulação por lesão.....	237
2.2.10	A simulação.....	239
2.2.10.1	Simulação de pactos antenupciais e contratos de convivência ..	243
2.2.10.2	Doações entre cônjuges.....	247
2.2.11	Simulação de endosso, fiança ou aval.....	249
2.2.12	Simulação de mútuo.....	253
2.2.13	Simulação de arrendamento	255
2.2.14	Simulação de sociedade.....	256
2.2.14.1	A fraude societária	261
2.2.14.2	O protocolo familiar	264
2.2.15	A má-fé, o dolo e a fraude.....	267
2.2.16	A fraude e a intervenção de terceiros.....	268
2.2.17	A fraude pela simulação de venda a descendente.....	271
2.2.17.1	Do dolo e da fraude testamentária pela alienação de idoso.....	275
2.2.17.2	Liberdade de manifestação cooptada.....	281
2.2.17.3	A fraude testamentária pela brecha das testemunhas.....	282
2.2.17.4	A fraude pelo testamenteiro.....	285
2.2.18	A fraude e o abuso do direito.....	289
2.2.18.1	A fraude do ilícito penal	291
2.2.18.2	A fraude do ilícito civil.....	293
2.2.18.3	A fraude como ilícito ético	295
2.2.19	Os vícios de vontade.....	296
2.2.20	Anulação do acordo fraudulento	298
2.2.21	O <i>consilium fraudis</i> e o <i>eventus damni</i>	299
2.2.22	A sonegação de bens	300
2.2.23	O desvio de bens conjugais.....	304
2.2.24	A criptomoeda	305
2.2.25	A <i>holding</i> familiar.....	307
2.2.26	O <i>trust</i>	313
2.2.26.1	O fideicomisso	315
2.2.27	A empresa <i>offshore</i>	318
2.2.28	O seguro de vida.....	322

2.2.29	A previdência privada	325
2.2.30	Recursos no exterior.....	332
2.2.31	As fundações	335
2.2.32	Insolvência e o dano.....	336
	2.2.32.1 A simulação de insolvência.....	337
	2.2.32.2 A insolvência alimentar fraudulenta.....	338
2.2.33	A ação de nulidade	351
2.2.34	A ação de anulação.....	351
	2.2.34.1 A indenização pela inoponibilidade	352
2.2.35	A ação pauliana ou revocatória.....	353
2.2.36	A ação de inoponibilidade.....	355
2.2.37	Ação de desconsideração da pessoa jurídica	361
2.2.38	Ação de desconsideração da pessoa física.....	363
2.2.39	Provas da fraude ou da simulação.....	365
	2.2.39.1 Confissão judicial	370
	2.2.39.2 Confissão extrajudicial.....	373
	2.2.39.3 A prova do pagamento e o preço vil.....	374
	2.2.39.4 A necessidade da venda e da entrega do bem.....	376
	2.2.39.5 A insolvência do comprador.....	377
	2.2.39.6 Testemunhas	378
	2.2.39.7 Documentos.....	378
	2.2.39.8 Ata notarial.....	380
	2.2.39.9 A importância da quebra do sigilo.....	383
	2.2.39.10 As redes sociais.....	390
	2.2.39.11 O processo penal como meio de prova.....	391
	2.2.39.12 Os indícios e a presunção	393
	2.2.39.13 A hierarquia das provas do artigo 212 do Código Civil	397
	2.2.39.14 Prova pericial.....	399
	2.2.39.14.1 Balanço de determinação	405
2.2.40	Legitimação ativa.....	409
2.2.41	Legitimação passiva.....	410
2.3	Enriquecimento indevido de um dos cônjuges	411
2.4	Violência econômica.....	412
	2.4.1 A intimidação passional.....	414
2.5	A compensação de bens na partilha.....	416
2.6	Valorização das quotas.....	419
	2.6.1 A tese contrária.....	426
2.7	A indenização pela fraude patrimonial no regime de bens.....	431
	2.7.1 O enriquecimento indevido.....	431
	2.7.2 A justiça relativa.....	433
	2.7.3 O dano moral	434
	2.7.4 A culpa subjetiva do direito familiar	436
	2.7.5 O dano moral pela fraude patrimonial.....	437
2.8	Prescrição ou decadência da ação de fraude	440
Capítulo 3 – Indivisão Pós-comunitária dos Bens Comuns		445
3.1	Definição e natureza jurídica	453

3.2	Características da indivisão.....	455
3.3	Bens que integram a divisão pós-comunitária	457
3.3.1	Fotografia do tempo na apuração dos haveres de liquidação de quotas sociais....	459
3.3.2	A fraude na partilha de honorários profissionais pós-conjugais.....	463
3.4	Gestão dos bens pós-comunitários.....	469
3.5	O pagamento de dívidas pendentes.....	476
3.5.1	Fraudes causadas aos credores.....	477
3.6	Extinção do regime de comunidade em vida.....	478
3.7	Extinção do regime de comunidade por morte	480
3.8	Uso e gozo.....	481
3.9	Pagamento de alugueres e arrendamentos.....	483
3.10	Sociedades simples e <i>exclusão</i> do intangível na partilha.....	485
3.10.1	Sociedade simples e <i>inclusão</i> do intangível na partilha	492
3.11	Frutos e rendas dos bens indivisos.....	494
3.11.1	Lucros e dividendos e sua compensação na partilha.....	500
3.12	Uso da vivenda conjugal	501
3.13	Direito preferencial para uso do primitivo domicílio conjugal.....	506
3.14	Liquidação e partilha dos bens pós-comunitários	508
3.15	Bens pós-comunitários e novo relacionamento afetivo	513
3.16	Partilha de quotas sociais e de ações	515
3.16.1	Breve histórico da sociedade entre cônjuges	524
3.16.2	Valor patrimonial das quotas pela data da separação de fato	527
3.16.3	Dissolução parcial da sociedade.....	531
3.16.4	Apuração de haveres	533
3.16.5	Liquidação de quotas no juízo cível ou empresarial.....	546
3.16.6	Direito de preferência.....	550
3.17	Extinção da comunidade pós-conjugal	552
3.18	Sobrepartilha.....	556
Capítulo 4 – A Pessoa Jurídica no Direito de Família		559
4.1	Das pessoas.....	559
4.2	Personalidade jurídica.....	560
4.3	Autonomia privada.....	562
4.4	Da pessoa natural.....	563
4.5	Da pessoa jurídica	565
4.6	Da pessoa jurídica de direito público.....	566
4.7	Da pessoa jurídica de direito privado.....	567
4.8	Distinção entre sociedade e associação.....	568
4.9	Distinção entre associação e fundação.....	568
4.10	Das sociedades.....	569
4.11	Classificação das sociedades.....	570
4.12	Sociedades não personificadas	571
4.13	Sociedades personificadas	572
4.14	Sociedades personificadas simples.....	572
4.15	Sociedades personificadas empresárias.....	573
4.16	Sociedade em nome coletivo.....	574
4.17	Sociedade em comandita simples.....	575

4.18	Sociedade limitada.....	575
4.19	Sociedade anônima.....	576
4.20	Sociedade em comandita por ações.....	577
4.21	A empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI.....	577
4.22	A função social da empresa.....	578
4.23	Separação patrimonial.....	580
4.24	Responsabilidade patrimonial.....	581
4.25	Histórico da desconsideração da personalidade jurídica.....	583
4.26	Desconsideração da personalidade jurídica.....	584
4.27	O levantamento da personalidade coletiva em Portugal.....	587
4.28	O surgimento da desconsideração da pessoa jurídica no Brasil.....	590
4.29	A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 1916.....	592
4.30	A desconsideração da personalidade jurídica no antigo Código Comercial.....	593
4.31	A desconsideração da personalidade jurídica no Direito do Trabalho.....	595
4.32	A desconsideração da personalidade jurídica no Direito Tributário.....	598
4.33	A desconsideração da personalidade jurídica no Código do Consumidor.....	601
4.34	A desconsideração da personalidade jurídica na Lei Antitruste.....	604
4.35	A desconsideração da personalidade jurídica na Lei de Proteção ao Meio Ambiente... ..	605
4.36	A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 2002.....	606
4.37	A desconsideração da personalidade jurídica na Lei Anticorrupção.....	608
4.38	A desconsideração da personalidade jurídica na Lei de Liberdade Econômica.....	609
Capítulo 5 Fundamento da Desconsideração da Personalidade Jurídica.....		613
5.1	Pressupostos para a desconsideração.....	613
5.2	Finalidade da desconsideração.....	617
5.3	A antiga teoria maior da desconsideração.....	618
5.4	A antiga teoria menor da desconsideração.....	620
5.5	Desconsideração inversa.....	621
5.6	O abuso do direito.....	626
5.6.1	O abuso do poder no direito societário.....	630
5.7	O abuso do poder de controle.....	631
5.8	A fraude contra credores no direito societário.....	632
5.9	Fraude à execução no direito societário.....	633
5.10	A simulação no direito societário.....	635
5.11	Interposta pessoa.....	637
5.12	Confusão patrimonial.....	639
5.13	Desvio de finalidade.....	642
5.14	Subcapitalização.....	642
Capítulo 6 – Os Conflitos de Direito de Família e a Incidência da Desconsideração da Personalidade Física e Jurídica.....		647
6.1	O paradigma da desconsideração no Direito de Família brasileiro.....	647
6.2	O paradigma da desconsideração na jurisprudência portuguesa.....	652
6.3	Regime de bens.....	655
6.3.1	Comunhão parcial.....	655
6.3.1.1	Bens que ingressam na comunhão parcial.....	659
6.3.2	Comunhão universal.....	661

6.3.3	Participação final nos aquestos.....	662
6.3.3.1	Regras de liquidação.....	663
6.3.3.2	Risco de fraude na divisão dos bens conjugais.....	665
6.3.3.3	Regime de compensações.....	666
6.3.4	Separação total de bens.....	666
6.3.4.1	A separação obrigatória de bens.....	667
6.3.4.2	A separação convencional de bens.....	668
6.4	A modificação do regime de bens.....	668
6.5	Sociedade conjugal.....	670
6.6	União estável.....	672
6.7	Cônjuges sócios.....	673
6.8	A administração dos bens na sociedade afetiva.....	677
6.9	Fraude entre cônjuges e conviventes.....	679
6.10	Administração bicéfala e a rendição de contas.....	682
6.11	A razão de ser da desconsideração da personalidade jurídica.....	685
6.12	Regime de bens na sociedade conjugal.....	686
6.13	Regime de bens na união estável.....	688
6.14	Dissolução afetiva e partilha de bens.....	691
6.15	O mau uso da pessoa jurídica em fraude à meação.....	692
6.16	Atos societários supletórios também hábeis à fraude.....	696
6.17	O tipo social.....	698
6.18	Personalidade jurídica e a sua desestimação.....	701
6.19	As sociedades de família.....	704
6.20	A fraude pela mudança do tipo social.....	706
6.21	O cônjuge ou convivente como subsócio.....	709
6.22	A dissolução parcial.....	714
6.23	A apuração de haveres na codificação processual.....	716
6.24	O processo judicial de divórcio.....	719
6.25	A efetivação processual da <i>disregard</i> no divórcio judicial.....	723
6.26	A efetivação da <i>disregard</i> na dissolução da união estável.....	732
6.27	A comunhão de resíduo do Direito italiano.....	736
6.28	A <i>disregard</i> e a divisão de quotas sociais.....	737
6.29	Direitos sociais e patrimoniais do cônjuge.....	740
Capítulo 7 – A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Âmbito dos Alimentos....		743
7.1	A desconsideração e os alimentos.....	743
7.2	Direito à vida.....	748
7.3	O homem em família.....	748
7.4	Intervenção do Estado no âmbito do Direito de Família.....	749
7.5	A intervenção estatal no Direito Empresarial.....	750
7.6	O direito alimentar.....	751
7.6.1	A articulação processual dos alimentos.....	751
7.6.2	Presunção e aparência.....	753
7.6.3	O delito de descumprimento do dever familiar de assistência.....	755
7.6.4	A penhora <i>on-line</i> e a desconsideração da personalidade jurídica.....	756
7.6.5	Idoneidade do objeto social.....	759
7.6.6	Abalo da ordem pública pela fraude ou pelo abuso.....	760

7.6.7	A <i>disregard</i> nos alimentos.....	762
7.6.8	Sua incidência processual.....	766
7.6.9	A desconsideração ativa na seara alimentar.....	767
7.6.10	<i>Disregard</i> e perícia contábil.....	771
7.7	A desconsideração da personalidade jurídica na execução de alimentos.....	774
Capítulo 8 – A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito das Sucessões...		777
8.1	Herdeiros necessários.....	777
8.2	Proteção da legítima.....	779
8.3	Colaço.....	781
8.4	Redução da legítima.....	785
8.5	Abuso do direito, fraude sucessória e ordem pública.....	789
8.6	A desconsideração da personalidade jurídica na sucessão legítima.....	792
8.7	Sua manifestação processual.....	799
8.8	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	801
Capítulo 9 – A Interposição de Pessoas Físicas e os Aspectos Processuais da Desconsideração da Personalidade.....		803
9.1	A interposição fictícia de pessoa natural.....	803
9.2	A fraude pela pessoa física.....	803
9.3	A boa-fé.....	805
9.4	A prova da fraude e da simulação.....	808
9.5	Aspectos processuais da desconsideração.....	812
9.6	A antiga teoria maior da desconsideração no plano processual.....	813
9.7	A antiga teoria menor da desconsideração no plano processual.....	816
9.8	A vulnerabilidade da pessoa prejudicada.....	817
9.9	A <i>disregard</i> na tutela antecipada.....	822
9.10	A cumulação do pedido satisfativo com a providência liminar.....	826
9.10.1	Competência.....	827
9.10.2	Intervenção de terceiro.....	829
9.10.3	Litisconsórcio.....	829
9.10.4	Litisconsórcio necessário.....	831
9.10.5	Litisconsórcio facultativo.....	832
9.10.6	Embargos de terceiro.....	833
9.10.7	Outras defesas do terceiro.....	837
9.10.8	O mandado de segurança.....	838
9.10.9	A exceção de pré-executividade.....	839
9.10.10	O conteúdo da exceção de pré-executividade.....	840
9.10.11	Momento de apresentação da objeção.....	841
9.10.12	A desconsideração no Código de Processo Civil.....	842
9.10.13	Considerações finais.....	843
REFERÊNCIAS.....		845
ÍNDICE REMISSIVO.....		877